



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA LEGISLATIVA
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Arquivo

eDoc

PROCESSO Nº 440186/2020

Propriedades

Título:

Of Ric 773/2020 Min Cidadania

Descrição:

Interessado(s):

GAB-1SECM.UT

Criado em: 22/07/2020

Dados arquivísticos

Classificação:

01.04.02-01 - Expediente-Comunicação operacional

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1341

Brasília, 21 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
ONYX LORENZONI
Ministro de Estado da Cidadania

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 773/2020	Deputada Perpétua Almeida

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº
(Da Senhora Perpétua Almeida)

de, 2020.

Apresentação: 08/07/2020 12:49 - Mesa

RIC n.773/2020

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Cidadania, Senhor Onyx Lorenzoni, relativas as denúncias de irregularidades no recebimento do auxílio emergencial por cidadãos que não cumprem os critérios estabelecidos pelo programa.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Cidadania, Senhor Onyx Lorenzoni, o seguinte pedido de informações sobre o relatório apresentado pelo TCU informando que mais de 620 mil indivíduos receberam auxílio emergencial sem cumprir os requisitos legais.

No início do mês o início de junho, a Controladoria Geral da União detalhou que, entre as irregularidades já identificadas, estão 74,7 mil CPFs cadastrados que têm empresa aberta com mais de cinco funcionários; 86,6 mil que possuem veículos de valor superior a R\$ 60 mil; 21,8 mil que são donos de embarcações de alto valor; e 22,9 mil que têm domicílio fiscal fora do país.

Documento eletrônico assinado por Perpétua Almeida (PCdoB/AC), através do ponto SDR_56058, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

* C B 2 0 6 4 4 2 5 6 4 1 0 0 *



Diante deste relatório, solicitamos:

- Que ações estão sendo tomadas por este ministério que busquem minimizar os impactos dos repasses indevidos?
- Que medidas serão tomadas com relação aos fraudadores, considerando que os repasses indevidos se constituem em fraude?
- O Ministério tem algum plano de ação para evitar as futuras fraudes?
- A suspensão ocorrida nos pagamentos é referente exclusivamente as fraudes ou existem outras condicionantes para a suspensão do pagamento?

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento de todos que o benefício é destinado apenas para quem está enfrentando dificuldades financeiras durante a pandemia, mas o relatório mostra que até milionários receberam. E Mais, de acordo com o relatório, 235.572 empresários, que não são microempreendedores individuais, receberam o benefício irregularmente. Também foram pagos 15.850 auxílios para pessoas com renda acima do limite estabelecido pelo programa. E ainda, segundo o TCU, 17.084 mortos sacaram o dinheiro e há fortes indícios de que 7.046 beneficiários estejam presos e, portanto, não teriam direito ao benefício.



Diante do Exposto, solicitamos as medidas adotadas para identificar as irregularidades e identificar os responsáveis pela fraude nas informações.

Sala das Sessões, de de 2019.

PERPÉTUA ALMEIDA
Deputada Federal PCdoB – AC





MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SUPORTE-SEI

Despacho nº 1337 /2020/SUPORTE-SEI

Processo nº 440186/2020

Interessado: GAB-1SECM.UT

Destinatário: Assessoria de Assuntos Técnicos-Administrativos

Assunto: **Processo recebido externamente através do Barramento de Serviços do PEN.**

Remeto o processo 440186/2020, de origem da **Câmara dos Deputados**, para o Sr. **ONYX LORENZONI**, Ministro de Estado da Cidadania.

No caso de devolução deste processo, basta Incluir o formulário de tramitação por barramento, assinar e depois tramitar para a unidade "Suporte-SEI".

Assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **Gisela Gomes Sanches, Chefe da Divisão de Protocolo**, em 29/07/2020, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **8405287** e o código CRC **2B4A0D0E**.

Referência: Processo nº 440186/2020

SEI nº 8405287





**MINISTÉRIO DA CIDADANIA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 6128/2020/GM/MC

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA ALENCAR DOS SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Brasília, Distrito Federal
E-mail: primeira.secretaria@camara.leg.br

Assunto: **Requerimento de Informação nº 773, de 2020.**
Referência: *Processo nº 440186/2020.*

Senhora Primeira-Secretária,

Com meus cordiais cumprimentos, faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1341, de 21 de julho de 2020, pelo qual Vossa Excelência apresenta o Requerimento de Informação nº 773, de 2020, de autoria da Exma. Sra. Deputada Federal Maria Perpétua de Almeida - PCdoB/AC, em que *"Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Cidadania, Senhor Onyx Lorenzoni, relativas as denúncias de irregularidades no recebimento do auxílio emergencial por cidadãos que não cumprem os critérios estabelecidos pelo programa"*.

A esse respeito, apresento a manifestação da Secretaria Nacional do Cadastro Único, desta Pasta, área técnica responsável pelo assunto em questão, por meio do OFÍCIO Nº 1346/2020/SE/SECAD/DECAU/MC.

Na expectativa de haver atendido à solicitação de Vossa Excelência, bem como à autora do Requerimento, permaneço à disposição para prestar eventuais informações complementares sobre o assunto e demais ações implementadas por este Ministério.

Atenciosamente,

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado da Cidadania

Anexo: OFÍCIO Nº 1346/2020/SE/SECAD/DECAU/MC (8717830).



Documento assinado eletronicamente por **Onyx Dornelles Lorenzoni, Ministro de Estado da Cidadania**, em 02/09/2020, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **8745271** e o código CRC **953CFF42**.





Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 8º Andar - Brasília/DF - CEP 70054-906 2030-1574 - www.cidadania.gov.br 71000.040081/2020-81 -
SEI nº 8745271



Documento autenticado por: Leda Marcia Resende

Selo digital de assina/CS: 2020.B1.DU.TQOE.CSEH.AXAI

www.cidadania.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=9811045&infra_...
Exportado por P_5876 em 05/02/2021 as 15:04 - IP 10.2.32.134



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
Departamento do Cadastro Único

OFÍCIO Nº 1346/2020/SE/SECAD/DECAU/MC

Brasília, 28 de agosto de 2020.

Ao Senhor

ROBERTO FANTINEL

Chefe da Assessoria Especial Parlamentar e Federativa
Ministério da Cidadania

Assunto: Requerimento de Informação nº 773, de 2020.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.040079/2020-10.

Senhor Chefe da Assessoria Parlamentar,

1. Com os meus cumprimentos, em atenção ao OFÍCIO Nº 564/2020/SE/DPAR/MC (SEI [8225035](#)), que demanda manifestação acerca do Requerimento de Informação nº 773, de 2020 (SEI [8225032](#)), esta Secretaria Nacional do Cadastro Único presta os seguintes esclarecimentos:

Que ações estão sendo tomadas por este ministério que busquem minimizar os impactos dos repasses indevidos?

2. Primeiramente, deve ser levado em conta que o benefício do Auxílio Emergencial, aprovado pela Lei 13.982, de 02 de abril de 2020, teve como principal objetivo atender as pessoas mais vulneráveis no momento da pandemia de COVID-19, neste sentido, o referido benefício teve que ser viabilizado num período extremamente curto, onde o Ministério teve que concentrar os seus esforços nas ações de operacionalização e concessão com intuito de mitigar os efeitos da crise econômica de forma emergencial.

3. Outra questão a ser considerada, além da temporalidade do benefício, é a capacidade operacional dos Órgãos de governo responsáveis pela sua implementação. A DATAPREV, Órgão responsável pela realização das análises de elegibilidade ao auxílio, o Ministério da Cidadania com a definição dos critérios e processos visando a redução, tanto os riscos de eleger pessoa indevida, quanto de deixar de conceder o auxílio para pessoas que cumprem os requisitos legais. A Caixa Econômica Federal - CAIXA, responsável pela abertura das contas poupança digitais e demais processos de operacionalização do pagamento dos valores aos beneficiários.

4. É necessário ressaltar que o Ministério da Cidadania, Órgão responsável pela execução do programa do Auxílio Emergencial, tem se dedicado desde o início da operação para prevenir e combater fraudes no benefício do Auxílio Emergencial. A determinação da pasta é comprovada pelo fato de que, mesmo em um universo de 66,9 milhões de pessoas que tiveram seu auxílio deferido (em um total de 125 milhões de requerimentos analisados), o índice de inconformidade (suspeitas de fraudes) é de apenas 0,44%, segundo análise realizada pela Controladoria Geral da União (CGU). Assim, o nível de inconformidades identificadas até aqui tem se mantido dentro de padrões internacionais de

Documento autenticado por: Leda Marcia Resende

Selo digital de assinatura: 2020.WITX.ONIV.ZODH.TOKU

Exportado por P_5876 em 05/02/2021 às 15:04 - IP 10.2.32.134

Página 8 de 12

transparência e qualidade. A título de comparação, o sistema previdenciário americano tem 0,82% de inconformidades, sendo que o benefício brasileiro chega a 99,56% de assertividade nesse comparativo.

5. O alto grau de eficácia se deve ao empenho e comprometimento do Ministério da Cidadania na condução da operação e às parcerias firmadas pela pasta. No campo da prevenção, foram firmados acordos de cooperação técnica com diversos Órgãos, incluindo Órgãos de investigação e controle, para troca de informações, conhecimentos e bases de dados. Dessa forma, ao todo, 18 grandes bancos de dados são utilizados para aferir a elegibilidade de cada requerimento de Auxílio Emergencial.

6. Dentre os acordos firmados, esse Ministério da Cidadania destaca a parceria firmada com a Controladoria-Geral da União e com o Tribunal de Contas da União para fins de verificação dos resultados do Auxílio Emergencial. Assim foram recepcionados Acórdãos e relatórios que contém as análises das situações verificadas. Todos esses achados estão sendo apreciados pelo Ministério da Cidadania, que instituiu um Comitê Gestor do Auxílio Emergencial, e pela DATAPREV, empresa responsável pela análise dos critérios de verificação de elegibilidade do Auxílio Emergencial, para que se possa confirmar ou não se os apontamentos citados nos relatórios dos Órgãos de Controle se configuram de fato uma irregularidade. Nessa perspectiva foram solicitados os cancelamentos dos benefícios para 2.573.914 CPFs até o momento.

Que medidas serão tomadas com relação aos fraudadores, considerando que os repasses indevidos se constituem em fraude?

7. O Ministério da Cidadania na sua esteira de auditoria interna, efetua o tratamento dos indícios de fraudes na concessão e no pagamento do Auxílio Emergencial. Essas atividades de auditoria são conduzidas, dentro do Ministério, por uma equipe multidisciplinar composta por especialistas em política social, em gestão da informação e em investigação. Essa equipe é coordenada por um Comitê Gestor de Risco e Acompanhamento que, semanalmente, delibera sobre as ações estratégicas para gestão do auxílio – inclusive com a participação de representantes do TCU e da CGU. A atividade em apreço é desenvolvida tendo como objetivo, o bloqueio preventivo dos pagamentos indevidos ou o cancelamento definitivo dos benefícios, a transmissão das informações para o agente pagador (Caixa Econômica Federal - CAIXA) e o consequente encaminhamento dos achados para os Órgãos de persecução penal.

O Ministério tem algum plano de ação para evitar as futuras fraudes?

8. A elegibilidade do primeiro público do benefício do Auxílio Emergencial foi realizada de forma automática para todos os inscritos no Cadastro Único para benefícios sociais que se enquadrassem nos critérios definidos na Lei 13.982, de 02 de abril de 2020. Neste sentido, considerando que a elegibilidade e o pagamento aos cidadãos integrantes desse público foi realizada de forma automática, sem a opção de solicitação e/ou concordância, foi desenvolvido um sistema para possibilitar a devolução voluntária desses valores.

9. O Ministério da Cidadania tem divulgado amplamente o sistema de devolução voluntária dos recursos, independentemente de ter correlação com apuração de irregularidade pelo próprio Ministério ou por Órgãos de controle e fiscalização. O Sistema pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br/devolucao>.

10. Até o presente momento 135.709 beneficiários efetuaram a devolução voluntária dos valores do benefício, o que representa um montante de R\$ 134.794.966,42 de recursos devolvidos pelos beneficiários, porém não se pode afirmar que são oriundos de recebimento irregular, tendo em vista que tivemos relatos de que algumas pessoas devolveram o benefício espontaneamente por motivo de admissão em emprego formal ou desenquadramento posterior à data de elegibilidade a algum dos critérios definidos na referida Lei.

11. Além disso, o Ministério tem atuado em conjunto com Polícia Federal e Ministério Público Federal para garantir a persecução penal de crimes praticados contra o Auxílio Emergencial. Nesse sentido, foi criada a Base Nacional de Fraudes ao Auxílio Emergencial (BNFAE), gerida pela Polícia Federal, com apoio do Ministério Público Federal. O Ministério da Cidadania por sua vez, junto com a CAIXA, entra a alimentação da BNFAE. Mais especificamente, a CAIXA encaminha os dados relativos a fraudes pagamento e o Ministério da Cidadania, mediante cruzamento e extração de dados, com base em



parâmetros estabelecidos pelos Órgãos de persecução penal, robustece a base de dados com informações relativas a possíveis fraudes na concessão.

A suspensão ocorrida nos pagamentos é referente exclusivamente as fraudes ou existem outras condicionantes para a suspensão do pagamento?

12. Quando do recebimento dos Acórdãos e Relatórios dos Órgãos de fiscalização e controle, o Comitê Gestor de Risco e Acompanhamento do Auxílio Emergencial efetua a análise dos apontamentos e delibera pelo bloqueio/suspensão preventiva dos valores até que o Ministério possa realizar uma avaliação mais aprofundada dos indícios visando a constatação ou não da fraude. Salientamos que a realização dos bloqueios não está relacionada diretamente com eventos de fraude, podendo indicar também enquadramentos indevidos, realizados com base em informações desatualizadas, ou mesmo falhas em sistemas e aplicativos.

13. Após a avaliação criteriosa dos apontamentos e o cruzamento de bases de dados atualizadas, caso o apontamento não se confirme de fato como uma fraude, os valores são liberados para pagamento aos beneficiários. Para os casos de constatação da fraude, após a realização das verificações, o benefício é cancelado definitivamente.

Atenciosamente,

ROGÉRIO APARECIDO SILVA
Secretário Nacional do Cadastro Único



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Aparecido Silva, Secretário(a) Nacional do Cadastro Único**, em 31/08/2020, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **8717830** e o código CRC **4E3723C4**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A' - Bairro Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF - CEP 70054-906 -
www.cidadania.gov.br

71000.040081/2020-81 -
SEI nº 8717830

Criado por [pedro.vieira](#), versão 12 por [pedro.vieira](#) em 31/08/2020 16:07:49.



Documento autenticado por: Leda Marcia Resende

Selo digital de assinatura: 2020.WITX.ONIV.ZODH.TOKU

www.cidadania.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=9781438&infra_sist...

Exportado por P_5876 em 05/02/2021 às 15:04 - IP 10.2.32.134



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
ASSESSORIA DE ASSUNTOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

FORMULÁRIO DE TRAMITAÇÃO VIA BARRAMENTO

O **Barramento** é uma ferramenta que permite o trâmites de processos digitais, de maneira segura e com confiabilidade de entrega, entre órgãos ou entidades. Para verificar se Órgão destinatário é aderente ao Barramento, basta acessar a lista no site do [PEN - Processo Eletrônico Nacional](#).

O barramento possui algumas regras de negócios, que se não forem cumpridas impossibilita a tramitação do processo, caso isso ocorra a equipe de Suporte-SEI irá devolver o processo para a unidade demandante, são elas:

- **Os campos de "interessado" e "especificação" do processo precisam estar preenchidos** (A Equipe de Suporte-SEI não fará esse preenchimento);
- **Processo não pode estar aberto em outras unidades** (deve estar apenas com andamento na unidade Suporte SEI);
- **Processo não pode conter outro processo anexado** (Barramento não aceita processo que tenha outra anexado a ele);
- **Documentos externos não podem ser maior que 50mb** (cada documento externo da árvore deve ter no máximo 50mb);
- **Todos os documentos internos devem estar assinados;**
- ***Após a conclusão da tramitação, o processo enviado fica bloqueado para edição e inserção de novos documentos no Órgão remetente** (o desbloqueio só ocorrerá quando o Órgão destinatário devolver o processo, também através do Barramento).

*A Equipe de Suporte-SEI não fará contato com Órgão destinatário para buscar informações processuais, nem para solicitar devolução do processo. A responsabilidade do processo é sempre da unidade competente por ele.

DADOS DA UNIDADE REMETENTE:

Sigla da unidade:	GM/ATA
Responsável:	Rodrigo Araújo Delfino do Nascimento
Telefone para contato:	(61) 2030-1574 / 1554 / 2606
E-mail para	ata.gab@cidadania.gov.br / fabio.ribeiro@cidadania.gov.br



contato:	
----------	--

DADOS DO ÓRGÃO DESTINATÁRIO:

Nome do Órgão:	Câmara dos Deputados
Nome/Sigla da Unidade de Destino:	Câmara dos Deputados



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Araújo Delfino do Nascimento, Chefe da Assessoria de Assuntos Técnicos-Administrativos**, em 03/09/2020, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **8760673** e o código CRC **B37447BA**.

Referência: Processo nº 440186/2020

SEI nº 8760673

